

Rolar a dívida não é bastante

Tancredo quer economizar US\$ 5 bi, reprogramando também juros

O futuro presidente Tancredo Neves deve revelar, em seu pronunciamento após a eleição da próxima terça-feira, a posição que seu governo adotará em relação à renegociação da dívida externa, superior a US\$ 100 bilhões. Seja qual for o resultado do acordo que o atual governo está tentando em Nova Iorque ainda para esta semana, o Brasil reabrirá as conversações, após o dia 15 de março, por considerar que a rolagem das amortizações, aceita pelos banqueiros, deve ser acompanhada da reprogramação também dos pagamentos anuais de juros, de forma a permitir uma economia de US\$ 5 ou US\$ 6 bilhões, este ano, para custear a retomada do desenvolvimento interno.

Esta posição está praticamente acertada entre os assessores mais próximos do candidato da Aliança Democrática, que tem conhecimento da unanimidade entre os representantes do PMDB e da Frente Liberal sobre o assunto, dentro da Comissão do Plano de Ação do Governo, coordenada pelo secretário de Planejamento de São Paulo, José Serra. Como ainda não se chegou à melhor fórmula de propor esta rolagem parcial dos juros externos (ou capitalização, o futuro presidente deverá apenas indicar as linhas gerais que orientarão seu governo no tratamento da dívida externa, sem fixar uma posição detalhada sobre a maneira de renegociar com os credores.

Serra garante que não participou da redação do discurso de Tancredo, mas está informando o candida-

to sobre todas as questões macroeconómicas que precisavam de definição antes da eleição — entre as quais a dívida externa ocupa lugar de destaque, pelo interesse internacional que estará voltado para o País na terça-feira. Por isso mesmo, a Comissão do Plano de Ação deu prioridade à dívida externa, dedicando a reunião de anteontem, principalmente, à discussão das fórmulas a serem apresentadas futuramente aos banqueiros, para limitar a transferência de renda sob a forma de juros.

Desde as primeiras reuniões da comissão econômica, ficou claro que havia consenso em torno da necessidade de se limitar a transferência de renda ao exterior. Como os credores já vêm aceitando refinanciar as amortizações de vários anos, desde 1982, a única forma de reduzir os pagamentos durante o governo Tancredo seria incluir os juros na renegociação.

O economista Celso Furtado apresentou sua tese de capitalização dos pagamentos que excederem a taxa real de juros — isto é, o custo do dinheiro menos a inflação americana — e provocou outros membros da comissão a fazerem o mesmo, como Luciano Coutinho (PMDB) e Sérgio Quintella (FL) propondo fórmulas ligeiramente diferentes que, no fundo, resultam no mesmo corte de pagamentos ao exterior.

Após esta definição — que obteve o consenso de todos os sete membros, de acordo com José Serra e Celso Furtado — a comissão começou a encontrar dificuldades apenas no detalhamento da proposta a

GILBERTO ALVES



Serra

ser levada a Tancredo Neves. Mas, como o candidato não pretende entrar em minúcias em seu pronunciamento, este detalhamento poderá ficar para depois do Colégio Eleitoral. Basicamente, a comissão concorda que o País deve se comprometer a pagar anualmente somente a parcela correspondente aos juros reais, com o restante sendo capitalizado — ou seja, incluído no saldo global da dívida externa para quitação futura, com novos empréstimos dos banqueiros.

O diretor da área externa do Banco Itaú, Sérgio de Freitas, o que tem mais experiência no trato com os banqueiros dentre os sete membros da Copag, é da opinião de que o detalhamento da proposta brasileira só será concluído dentro da dinâmica das negociações, quando credores e devedor se sentarem à mesa para conversar, após a posse de Tancredo. Entre os membros da comissão, há posições divergentes tam-

bém sobre o chamado “aspecto político” da renegociação externa, com alguns defendendo a fixação de posições precisas a serem apresentadas aos banqueiros como condição sine qua non — sem as quais o País partiria para a moratória, pelo menos teoricamente — e outros preferindo aconselhar o próximo presidente a se comprometer apenas genericamente com a proposta de limitação nos pagamentos de juros, para depois da posse retomar as negociações a partir de posições flexíveis.

Mas existem preocupações a respeito da eficácia destas definições antecipadas, com o núcleo político-econômico do novo governo discutindo também o efeito prático deste posicionamento, que se espera de Tancredo Neves, a respeito da dívida externa. Vários economistas chamam a atenção para a existência de um impasse com os credores, que só poderia ser rompido com uma posição “dura” do novo governo brasileiro: até hoje, nenhum país conseguiu arrancar dos banqueiros e do governo norte-americano a inclusão dos juros no refinanciamento de suas dívidas, mesmo porque estes pagamentos representam o “lucro legítimo” das instituições privadas — e nada indica que os credores venham a mudar de opinião de um dia para outro, já que mesmo o democraticamente eleito Governo Alfonsín, na Argentina, não conseguiu absolutamente nada neste sentido, e foi obrigado a engolir o “programa de ajustamento” do FMI.